

Aprovada na 1033ª sessão

ALADI/CR/Ata 1031
4 de março de 2009
Horário: 09h45m às 12h55m

ATA DA 1031ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da designação do Presidente da Comissão de Orçamento e os Coordenadores dos Grupos de Trabalho.
 4. Consideração da proposta do Seminário - Oficina "Dinamização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e o Fortalecimento dos Sistemas de Pagamentos em Moedas Locais"
 5. Consideração da convocação da Reunião do Conselho de Ministros para tratar a Adesão do Panamá ao TM80.
 6. Relatório da Secretaria-Geral sobre as medidas de salvaguarda por balança de pagamentos adotadas pelo Governo do Equador.
 7. Assuntos diversos.
 - O Secretário-Geral informa sobre o orçamento preliminar para o Seminário – Oficina, sobre a área de comunicação criada na Secretaria Geral; a viagem ao Panamá no dia 7 de abril e sobre a reclamação dos funcionários ao Comitê de Reconsideração.
-

Presidem:

PABLO GUZMÁN LAUGIER

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina), Pablo Guzmán Laugier, Benjamín Blanco Ferri (Bolívia), Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli e Daniele Farias Luz (Brasil), Eduardo Araya Alemparte, Hernán Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia), Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador), Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández e Ricardo Lozada Caballero (México), Emilio Lorenzo Giménez Franco, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai), Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jéssica Pásara Caycho (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai), Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: Bernardino Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretário: Ricardo Hartstein.

PRESIDENTE. Bom-dia aos senhores Embaixadores, Representantes dos países-membros. Damos início à 1031ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...O primeiro ponto é a aprovação da Ordem do Dia. Têm a palavra os países-membros.

Não havendo observações aprova-se.

2. Assuntos em pauta

... Como segundo ponto trataremos os Assuntos em pauta. Senhor Secretário, informe-nos, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. Bom-dia a todos. O senhor tem a lista de Assuntos em pauta, pelo que vou mencionar alguns deles.

Cabe destacar, nesta oportunidade, que foram colocados em vigência protocolos adicionais ao ACE 55 entre o Brasil e o México, do ACE 38 entre o Chile e o Peru e do ACE 40 entre Cuba e Venezuela.

Além disto, é muito relevante e destacável que a Argentina, que recentemente fez uma importantíssima contribuição à Instituição, novamente fez outra contribuição, neste caso de 94.000 dólares, que muito se agradece.

Também destacamos as notas enviadas pelas Representações do Equador, em relação ao “Programa para o Melhoramento Contínuo da Qualidade e Produtividade de Pequenas e Médias Indústrias de Pichincha”, e do Paraguai para desenvolver o Projeto “As regras de origem como instrumento de política comercial do Paraguai” e para impulsionar novamente projetos de capacitação em negociações internacionais, projetos desenvolvidos no âmbito do grupo dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. A esse respeito, informamos aos Representantes do Equador e do Paraguai que avançou-se em gestões para realizar estes projetos, no menor tempo possível e de acordo com o solicitado por ambos os países.

“1. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 26, de 18/02/09.

Comunica designação em missão transitória da Terceira Secretária Daniele Farias Luz, no período de 15 de fevereiro a 21 de março do corrente.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 27, de 19/02/09.

Comunica incorporação ao ordenamento jurídico do seu país do Segundo Protocolo Adicional ao Apêndice II "sobre o comércio no setor automotivo entre o Brasil e o México", do Acordo de Complementação Econômica N° 55.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2877.

3. Delegação Permanente do Brasil e Representação Permanente do México. Notas N° 28 e N° 016/09, respectivamente de 20/02/09.

Comunicam a incorporação a seus ordenamentos jurídicos do Segundo Protocolo Adicional ao Apêndice II "sobre o comércio no setor automotivo entre o Brasil e o México", do Acordo de Complementação Econômica N° 55.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2879.

4. Representações Permanentes do Chile e do Peru. Notas N° 009/09 e N° 7-5-Z/005, respectivamente de 26/02/09.

Comunicam registro e incorporação a seus respectivos ordenamentos jurídicos do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 38.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2883.1.

5. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 05/09, de 19/02/09.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico de Cuba do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 40.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2874

6. Representação Permanente do Equador. Nota N° 4-2-16/09, de 20/02/2009.

Encaminha, em anexo, termos de referência do projeto "Programa de Melhoramento Contínuo da Qualidade e da Produtividade em Pequenas e Médias Indústrias de Pichincha"

7. Representação Permanente do México. Nota N° 015/09, de 19/02/09.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico de seu país do Segundo Protocolo Adicional ao Apêndice II "sobre o comércio no setor automotivo entre o Brasil e o México", do Acordo de Complementação Econômica N° 55.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2878.

8. Representação Permanente do Paraguai. Nota N° 09/09, de 02/03/09.

Comunica o interesse do Governo paraguaio de desenvolver o projeto "As Regras de Origem como instrumento de política comercial do Paraguai", e solicita à Secretaria-Geral impulsionar novamente projeto de Capacitação em Negociações Internacionais.

9. Representação do Peru. Nota N° 7-5-Z/02, de 09/02/09.

Comunica a incorporação aos ordenamentos jurídicos do Chile e do Peru do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 38.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2883.

10. Representação Permanente da Venezuela. Nota N° II.2.U3.E1/REP 0350, de 20/02/09.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico da Venezuela do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 40.

11. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Argentina: Transferência bancária de US\$ 94.844.-

12. Convites recebidos:

Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio (AICO). Nota de 3/02/09. Convida o Secretário-Geral para participar como expositor em seu XXXVIII Conselho Diretivo. (Tegucigalpa - Honduras, 15-18/03/09).

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Nota de 09/02/2009. Convida o Secretário-Geral como expositor no Seminário sobre "Regras de Origem e Barreiras não-tarifárias" (São Paulo - Brasil, 18/03/09).

OEА. Comissão Interamericana de Portos. Nota de 18/02/2009. Convida para a Décima Reunião do Comitê Executivo da CIP (CECIP) (Buenos Aires - Argentina, 23-27/03/09).

Chile. "Instituto Mundial de Cajas de Ahorros" (Instituto Mundial de Bancos de Poupança) (IMCA) e Banco Estado Chile. Nota de 18/02/2009. Convida o XXII Congresso Mundial de Bancos de Poupança sobre "A Inclusão Financeira em uma Sociedade Globalizada: Nosso Desafio" (Santiago do Chile, 30/4-1°/5/09).

Organização Mundial das Aduanas (OMA). Notas N° 09.PL-0022F e 09.PL-0021F, de 11/02/2009. Comunica a realização da "6ème réunion du Comité de gestion de la Convention de Kyoto" (Bruxelas, 19-20/3/2009) e das "185ème et 186ème session du Comité Technique Permanent (CTP)" (Bruxelas, 24-27/3/2009).

Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nota de 02/03/2009. Envia convite para as reuniões de trabalho dos Grupos Técnicos Executivos (GTE)

"Eixos da Hidrovia Paraguai-Paraná, MERCOSUL-Chile, Capricórnio e do Sul (Sta. Cruz de la Sierra- Bolívia, 16-19/3/2009).

13. Foro Virtual do Grupo Técnico Aduaneiro do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI (ALADI/SEC/dt 492/Rev. 1).

14. Impacto da Adesão do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980 no acesso aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico da ALADI aos mercados da Colômbia e do México. (ALADI/SEC/di 2221)

15. Cumprimento do Programa de Atividades da Associação para o ano 2008 (ALADI/SEC/di 2217).

16. Relatório sobre a evolução do comércio negociado: 1993-2006 (ALADI/SEC/di 2209/Rev. 1)."

3. Consideração da designação do Presidente da Comissão de Orçamento e os Coordenadores dos Grupos de Trabalho

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. Como ponto 3 temos a Consideração da designação do Presidente da Comissão de Orçamento e os Coordenadores dos Grupos de Trabalho.

Senhor Secretário, informe-nos sobre os procedimentos a serem seguidos para esta designação.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente. Como é costume no início da gestão no ano é revisada pelo Comitê a constituição dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Orçamento, este tema não para ser resolvido hoje, obviamente, mas para submetê-lo à consideração dos senhores.

Passaremos a lista de todos os Grupos de Trabalho para que os senhores os tenham presente, que estão constituídos, e quero lembrar-lhes que em mais de uma oportunidade falamos da importância de analisar se é pertinente ter o número de Grupos que temos, se é necessário aumentá-los, reduzi-los, uni-los, etc, é algo que depende mais que nada da decisão dos senhores. Se desejarem que a Secretaria faça uma proposta podemos fazê-la mas creio que as Representações estão em melhores condições de avaliar a importância e conveniência de alguns Grupos ou a necessidade de criar novos, então, simplesmente neste caso trata-se de chamar a atenção sobre o fato de que é necessário que nos dediquemos à conformação dos Grupos no presente ano.

PRESIDENTE. Escutamos comentários sobre o tema. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Concordo com tudo o manifestado pelo Secretário sobre a necessidade de revisar, etc, mas o que queria sugerir é que enquanto tomamos decisões a esse respeito, haja uma espécie de continuidade dos responsáveis dos Grupos, até que tomemos a decisão no próximo Comitê ou onde for, e explicou por que, porque creio que há Grupos a serem convocados já, por exemplo, o Grupo presidido pela Argentina durante alguns anos, o de Forças Produtivas, tem prevista uma Reunião de Responsáveis pelo Financiamento de MPMEs, que é de muita importância, que está pensado inicialmente para o mês de abril, e que se

podéssemos executá-lo nesse tempo seria de utilidade também com vistas à toda a estratégia de trabalho sobre a qual estivemos falando informalmente.

Para esse fins, creio que não podemos continuar demorando isto pelo que sugiro que, enquanto isso, até que tomemos uma decisão sobre se tiramos Grupos, e designamos as novas autoridades encarregadas de cada um dos Grupos, continuem os atuais Coordenadores. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, Presidente. Para apoiar a posição e o fundamento dado pela Representação argentina e agregar que se tivermos no curto prazo, pelo menos deveria ser assim, a Reunião do Conselho de Ministros, com maior razão fazer uma mudança na condução, ou uma modificação na estruturação dos Grupos atentaria para que o desenvolvimento e a conclusão do conteúdo dos Grupos de Trabalho fosse o que idealmente deveria ser. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Está para consideração a proposta de dar continuidade ao trabalho dos Grupos nas circunstâncias de hoje.

Não havendo objeções, aprovaríamos esta proposta da Argentina, respaldada pelo Chile, de forma que os Grupos possam continuar trabalhando, possam ter a continuidade necessária neste momento.

O ponto 4 da agenda...

4. Consideração da proposta do Seminário - Oficina "Dinamização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e o Fortalecimento dos sistemas de pagamentos em moedas locais"

...os países-membros têm a palavra neste tema. Senhor Secretário.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, senhores Representantes, gostaria de fazer alguns comentários com relação ao documento distribuído pela Secretaria, o mesmo deve-se, como os senhores sabem, à encomenda feita na sessão anterior e que prevê um temário que tentou unir todos os temas que aqui foram apresentados e que, obviamente, está para consideração para ver se o mesmo responde ao que os países desejam ou se temos que fazer algumas mudanças.

Gostaria, ainda, de referir-me ao tema da data, que ontem tivemos oportunidade de falar, o programa provisório de 29 de abril e gostaria de lembrar-lhes que na reunião que tivemos se falou, como data possível, depois de semana santa. Consta 29 de abril, que foi a proposta de algumas Representações, mas a idéia fundamental era fazê-lo depois da segunda semana de abril, a partir da terceira semana poderíamos ter este seminário, ao qual todos atribuímos grande importância, esses eram os esclarecimentos que queria fazer, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. Efetivamente temos na Mesa a proposta da Secretaria para realizar o Seminário que tínhamos proposto, houve alguns intercâmbios informais de opiniões a esse respeito, pelo que a proposta está para a consideração da Secretaria.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, senhor Presidente. Somente para indicar que enviamos à capital o documento distribuído mas partimos do fato preliminar de que estamos de acordo com a convocação, inclusive, a data está para consideração, mas consideramos que seria oportuno examinar minuciosamente, depois que tenhamos a resposta das nossas capitais, são os termos de referência. Ou seja, estamos em condições de aprovar a convocação, inclusive a data, mas pospor os detalhes dos termos de referência. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, senhora Embaixadora. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Nos mesmos termos, creio que ninguém tem dúvida sobre a importância de realizar este Seminário, e informalmente falamos, então, queremos apoiar a convocação e a data já fixada.

Obviamente, coincidimos também com Cuba, no sentido de que os termos de referência, não somente hoje mas em uma reunião ulterior, sejam ajustados para fazê-los o mais eficientes possíveis. Sei que algumas Representações têm idéias já para propor, mas considero de máxima importância que hoje saíamos daqui com a decisão de realizar este Seminário, estabelecer já a data, embora vamos ajustando os termos de referência. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado Argentina. Tem a palavra o senhor Subsecretário.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Obrigado, senhor Presidente. Só para informar que ontem, durante o dia, ingressou uma comunicação da Representação do Brasil com algumas propostas de modificação, com algumas idéias novas ao documento que a Secretaria-Geral tinha enviado na sexta-feira da semana passada. Estamos prontos para distribuir essa proposta do Brasil ou, se houver outras, para fazer um consolidado, isso como os senhores disponham. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Subsecretário. Tiene la palabra la Representação de Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. No caso da Colômbia, também estamos dispostos a apoiar a realização deste Seminário, ao qual outorgamos uma grande importância devido à conjuntura em que estamos, estamos consultando datas, mas adicionalmente também o enviamos à nossa Chancelaria e Ministério do Comércio Exterior, onde estão fazendo propostas, pelo que quero advertir que a Colômbia apresentará também algumas iniciativas a serem levadas em conta.

PRESIDENTE. Obrigado, senhora Embaixadora. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Consultaria se as datas seriam a partir da Semana Santa, qualquer data? Creio que poderíamos pensar a partir da terceira semana de abril, ou a partir do dia 20. Qualquer data a partir do dia 20, que é a terceira semana de abril.

Estamos de acordo com as possibilidades de datas e estou totalmente de acordo com a Argentina e Cuba, creio que é importante que tenhamos a oportunidade de submeter os termos de referência.

A Secretaria-Geral fez um bom trabalho ao apresentar termos de referência que refletem bastante o que começamos a discutir, mas é importante, de todas formas, que submetamos nossos Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda, porque eles coordenam, são os responsáveis, e eles vão dar as garantias para as transações comerciais e, então, creio que para que o Seminário seja produtivo, para que realmente desperte o interesse dos Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda temos que pôr em suas mãos estes termos de referência e corresponderá a eles nos dar sugestões de como vamos organizar o Seminário e quais os pontos principais do mesmo.

Eu tinha somente um comentário a fazer, do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda há disposição de reformular o CCR, de fazer um seminário que apresente propostas concretas para uma revisão dos procedimentos do CCR como forma de agilizá-lo, de torná-lo mais útil e mais produtivo, o que me falaram ontem, é para “recolher as mangas” de verdade sobre o CCR e começar a trabalhar sobre ele, mas fazê-lo muito mais instrumental e operacional para nossas transações comerciais, então é importante que tenhamos a oportunidade de submeter os termos de referência.

O Subsecretário referiu-se a sugestões do Brasil e que mandamos à Secretaria como forma de ajudar, não sei se como contribuição poderíamos distribuir essas sugestões e, se quiser o Comitê, poderia explicar quais são. São muito poucas, apenas uma forma de que o Seminário seja mais proativo e esteja mais voltado a apresentar no final propostas possíveis que seriam analisadas e trabalhadas depois, sobre a questão do CCR e as moedas locais. Então, estou à disposição, se o Comitê assim o desejar, poderia explicar a contribuição do Brasil para os termos de referência que, repito, estão em consonância com o que tínhamos discutido, mas poderíamos talvez aperfeiçoá-lo um pouco mais. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Informa-me o senhor Secretário que também há sugestões do Chile, portanto, vamos ter, certamente, a oportunidade de recebê-las. Estão sendo distribuídas e, se assim o considerar a Sala, depois poderíamos escutar as explicações muito específicas, da essência das sugestões.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Primeiro, queremos insistir em que estamos de acordo com a realização desta Oficina e creio que, como a proposta que vem da Secretaria é um papel que nos ajuda muito para concretizá-la.

Em segundo lugar, insistir em que isto deve ser feito quanto antes porque a crise não está esperando, está atuando com toda velocidade, inclusive começam a surgir informações do impacto da crise em alguns dos nossos países, pelo que creio que devemos tomar logo uma decisão sobre esta Oficina.

Em terceiro lugar, creio que a Oficina deve ter sua atenção voltada fundamentalmente a analisar os mecanismos em andamento, utilizados para o pagamento das transações comerciais dos nossos países, como consta no papel, há três propostas ali, se houver alguma outra poderia também ser considerada, mas quero insistir em que mais do que uma análise, um prazer teórico sobre este assunto, sobre o

assunto da crise, que se as causas, o desenvolvimento ou o impacto, mais do que isso o que deve ter como propósito esta Oficina é quais seriam as propostas que sairiam para que a ALADI se tornasse uma Instituição com uma bandeira para desenvolver em cada um dos nossos países.

Em quarto lugar, gostaria de destacar as datas que poderíamos submeter à consideração, considero que a Secretaria está propondo 29 de abril, como cada um de nós tem que submeter isto à consideração das nossas capitais, seria bom manejar não somente dia 29, seria bom manejar dois ou três datas entendendo que isto não pode ser além de abril. Se passarmos isso para maio se complica, sobretudo porque temos depois a discussão sobre o Conselho de Ministros, a proposta do Panamá de que possa ser aprovada sua adesão no primeiro semestre, por isso, creio que a melhor data é abril, e já temos no começo a Semana Santa, por isso, temos alguns dias que teríamos que utilizar e que não coincida com outro evento internacional porque nos complicaria.

Finalmente, estive vendo as propostas do Brasil e estivemos falando sobre isto com o Embaixador do Brasil e não teríamos maior observação a essas propostas, quero adiantá-lo, o único que diríamos é que, como o evento está proposto para um dia, pensar se podemos dividi-lo em três oficinas, primeira, segunda e terceira, como proposto pelo Brasil, ou se simplesmente é uma oficina que tem uma agenda, que a desenvolvemos durante todo o dia, entendendo que no final da jornada o importante são as propostas que emanem desse evento. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, quero resumir até aqui. Temos, quanto à data, a proposta que está na Mesa, é utilizar as datas entre dia 20 e o último dia de abril como alternativas, nesse período poderia ser escolhido, entre dia 20 e 30 de abril, para que a Secretaria tenha uma margem para que as comunicações dos países possam ser acordadas com o apoio da Secretaria.

O segundo é que o documento inicial, que tem já algumas sugestões e que são positivas todas elas, estariam trabalhando em consenso, posteriormente, na medida em que cheguem os comentários das capitais e possam ser acrescentados pela Secretaria.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. O México apóia o Seminário com muito entusiasmo, creio que é parte do nosso trabalho. Quero comentar que não é necessário perder a perspectiva que se trata de enfrentar a crise na idéia de que requeremos dinamizar e financiar o comércio e, sobretudo, ver como cooperamos em um momento no qual fecham-se outros mercados e como a América Latina pode aproveitar a crise e transformá-la em oportunidade.

Estamos de acordo com o Seminário, levemos, por favor, em conta que há diferenças importantes no uso de divisas nos diferentes países, procuremos refletir isso de maneira criativa, creio que algo assim estava falando a Embaixadora da Colômbia. Quero ler, nesse sentido, três linhas do Relatório Final da Cúpula em Salvador, da Cúpula da América Latina e o Caribe (CALC), que se lê que “os Chefes de Estado encomendamos aos Ministros de Finanças ou similares a elaboração de uma estratégia com vistas à constituição progressiva de uma arquitetura financeira regional”, isso é o que os Chefes de Estado encomendaram, creio que é um bom âmbito para inscrever este esforço e, portanto, levá-lo em conta.

Vamos estudar, detalhadamente, as propostas, com a idéia de sermos construtivos e não começar a apresentar “n” versões e passar o tempo discutindo, mas simplesmente enriquecer com base nas muito sólidas contribuições do Brasil e que agora vemos que está fazendo também o Chile.

Quanto à data, estamos de acordo, mas quero chamar a atenção que vai ter que estar perto da do Panamá, isto é uma dificuldade logística e prática, mas não creio que seja irremediável, porque a data panamenha, se quisermos salvar a petição do Governo panamenho de entrar no primeiro semestre, requer que a data seja mais ou menos pronto porque tem que entrar na PTR, nos LAMs e tem que ratificá-lo o próprio Parlamento panamenho antes de depositar o instrumento, então, os tempos são mais curtos para tudo e também para o Panamá. Espero que não seja uma barreira, teremos um abril intenso, mas não está mal depois de um janeiro agônico. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Queria compartilhar algumas reflexões com o resto do Comitê.

Primeiro sobre as datas, se deixarmos as coisas tão abertas, creio que podemos ter problemas porque vamos propor dia 21, outro o dia 23, outro o dia 29, em consequência sugiro que tomemos duas datas, uma a do dia 29 e a anterior pode ser 21, 22, o dia decidido no Comitê, mas propor duas datas concretas, pois já temos experiência de que cada um propõe um dia diferente dessa dezena de dias e terminamos tendo uma enorme dificuldade para conjugar as presenças.

O segundo que quero adiantar é a aceitação da Argentina das sugestões feitas pelo Brasil e também pelo Chile que considero que são importantes contribuições.

O terceiro é recolher o que acaba de manifestar o México sobre o tema da encomenda feita na reunião do Brasil, da Costa do Sauípe, mas para fazer uma mudança a mais, por que? Todos sabemos que os Bancos Centrais, durante os últimos anos, negaram-se a revitalizar o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, tenho a impressão de que com a crise atual e a necessidade de encontrar mecanismos paliativos, esta resistência pode estar bastante enfraquecida, não obstante, considero que seria interessante, devido ao comentou a Representação do México, envolver nisto os Ministérios da Fazenda, os Ministérios da Economia ou seus equivalentes porque estes vão ter também uma palavra sobre tudo isto, sobre os Presidentes dos Bancos Centrais, antes da reunião dos Presidentes dos Bancos Centrais que, como sabemos, é em maio, na República Dominicana.

Finalmente, por ter o Seminário as características que vai ter, compartilho o que manifesta a Venezuela no sentido de que seja somente um Seminário com diferentes capítulos que terminem em propostas, mas creio que seria interessante também incorporar algumas figuras que não estão incorporadas até o momento como as sociedades de garantias existentes na região, porque também ajuda o fato de que haja mecanismos de garantias para o CCR, creio que é útil inclui-las a este esquema. Com esses delineamentos gerais, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O Secretário-Geral diz que temos que pensar que para os dias 14 e 15 de maio, que é a reunião de Governadores de Bancos Centrais em Punta Cana, República Dominicana, no âmbito do CEMLA, deveria já estar o documento,

de forma que, por isso, como falavam alguns Embaixadores, é necessário acelerar o tema da data.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente. Somente, talvez, para explicitar o interesse do Chile de que esta Oficina - Seminário seja realizada, consideramos absolutamente pertinente e oportuno, e gosto de dizer, que não fique manifestado de forma passiva.

Por outro lado, quanto aos termos de referência, já fizemos algumas observações que vejo que estão sendo distribuídas, recebemos nesta Mesa, há pouco, as do Brasil e, portanto, não podemos opinar sobre elas. A propósito disso, de que o Chile e o Brasil já fizeram observações sobre os termos de referência, creio que entrar na análise de cada uma delas, sendo somente dois países, pode ser complicado, creio que é pertinente que uma vez que tenha um consolidado das observações de todos os países faça-se uma análise porque o demais certamente será falar sobre o que já se falou, que entre em contradição com outro, que seja corrigido o que foi corrigido, mas obviamente é um ponto de vista pessoal sobre o tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Minha intervenção ia exatamente no mesmo sentido que a do Embaixador da Argentina, proponho sermos muito mais concretos e precisos na proposta de datas e não deixá-las abertas, portanto, apoio essa proposta e a formulo também como minha.

Segundo, no caso das pessoas que poderíamos convidar é muito importante pensar nos Departamentos de Planejamento Nacional dos nossos países que também são pessoas de grande conhecimento e visão sobre o manejo econômico e os ajustes dos países, no caso da Colômbia consideramos que é um convite pertinente.

Também apoiamos a intervenção do Chile quanto a que para formular uma proposta é melhor dar-nos o prazo de tempo necessário para que aquelas missões que estamos indicando que vamos fazer comentários nos demos a oportunidade de apresentá-los, tendo também um limite para fazê-lo, em razão da necessidade de ter prontamente os termos de referência. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Vou me referir a três pontos. O primeiro, creio que houve uma coincidência total sobre a importância deste evento, o tema, e que tem que acontecer em abril, não pode ser passado para outra data.

Coincido também com o manifestado pela Representação da Argentina que, diria agora mesmo, não na próxima sessão, acordemos em duas datas, para pôr essas alternativas aos Governos e que não possa ser uma terceira, porque no fundo é muito difícil conciliar muitas pessoas, se virão muitos expositores e um não pode, lamenta-se que essa pessoa não venha, mas não por um vai ser mudada a data.

E agora, tenho algumas observações dos dois documentos apresentados pelo Chile e pelo Brasil, são observações metodológicas, porque tal como estão as propostas, para mim não vamos muito longe, porque se diz Seminário-Oficina mas como está organizado não é Seminário-Oficina, para que seja Oficina tem que haver um momento do processo em que as pessoas trabalhem em grupo os documentos que ouvirem, que foram discutidos, concordo que não são três oficinas, são muitas exposições mas os grupos de trabalho têm os nomes que estão aqui, não tenho nenhuma objeção aos nomes das exposições propostas pelos dois países, que poderiam ser mais, e isso enriquece, mas tem que haver três momentos neste evento.

Um primeiro momento onde os diferentes expositores, em meia hora ou menos, para que haja mais expositores, bombardeiam todos os assistentes simultaneamente. Um segundo momento, se quisermos, é que haja um foro para que qualquer um dos assistentes faça perguntas curtas aos expositores, esta fase pode ser eliminada ou não, mas a que é necessária, é que depois dos oito, dez ou doze expositores, tem que haver grupos de trabalho, os que sejam estimados aqui, três, quatro grupos de trabalho, os quais para que possam elaborar documentos deveriam estar trabalhando entre uma hora e meia e dois temas, depois desses grupos de trabalho vem o que nos dois documentos consta "Plenária", porque na Plenária se discute o que os grupos elaboraram, mas como pode haver uma Plenária? Do quê? Falta esse paso prévio.

Creio que o mérito deste evento, sem que haja uma obrigação do que for aprovado aqui, é chegar a uma síntese elaborada pelos participantes e aprovada na Plenária, que se transforma em documento futuro que retroalimente a Reunião de Bancos Centrais, ou outros eventos. Creio que é muita responsabilidade deixar isto à Secretaria-Geral, ou alguém, que depois se acuse que está distorcendo o que expuseram. É muito diferente em um evento em que seja tomado o que foi dito a que seja aprovado em grupos de trabalho, tem muito mais peso que o que se manifesta em um grupo a Plenária modifique e o aprove. Há um produto que é o que aprovou a própria Plenária, que deixa de ser grupos de trabalho, mas que é documento da Plenária, documento do evento.

Então, apresentaria estas sugestões para que fosse Oficina, ou se transforma em um bombardeio de idéias, válido, onde cada um expõe suas idéias e que alguém recolhe na Secretaria, mas isso não é compromisso do evento, e isso é uma falha metodológica da cultura ocidental, presa nas Conferências, presa nos debates, nas mesas redondas, presa nos simpósios, onde há pontos de vista diferentes, mas falta a síntese, falta a unidade, o que une das diferentes exposições e creio que esse é o desafio.

Neste momento da crise mundial, estamos bombardeados por opiniões diárias, mas falta avaliá-las e amarrá-las, em que estamos de acordo, e este exercício teria a dupla vantagem de que há expositores de países, de qualquer nível, técnico, político, político-técnico, que vão acusar os sentidos, a inteligência dos assistentes, mas se for seminário-oficina os grupos de trabalho amarram os temas, que pode produzir meia página, uma página, duas páginas, as páginas que forem, mas isso é o que os assistentes aprovaram, e creio que aí estaria a contribuição fundamental mais rica, que vai além das exposições ou que alguém faça uma relatoria, que reflete sempre, toda relatoria, boa fé, reflete apenas o que cada um considera importante.

Esta sugestão tinha, que não se trata de oficinas mas nesses títulos onde consta Oficina devem ser grupos de trabalho, e os expositores podem ser os mesmos, mas todos ao mesmo tempo para que em um só dia possam ser cumpridas as diferentes fases deste processo metodológico, com tese, antítese, síntese e avaliação, que seria

dada na Plenária, submeto isto à consideração dos senhores para que seja uma oficina ou temos que apagar o título da oficina e torna-se um evento de exposição de idéias, que também é válido, mas podemos cumprir a dupla função.

E outra idéia que manifesto, há algum documento em que se lê que até o dia 20 devem ser entregues os documentos, considero muito bem, mas os documentos que enviem os países, apenas cheguem aqui, têm que ser entregues a todos os países para que se retroalimente essa informação, previamente, aos potenciais expositores dos países, e que não fique aqui. A Secretaria, se o Comitê lhe solicitar, também pode fazer o que faz a UNESCO, com os diferentes documentos que tenham chegado até essa data, pode fazer um consolidado, que se transforme em um documento geral, produto também da reflexão, como um insumo a mais para os grupos de trabalho, que é mais fácil às vezes corrigir um documento já elaborado que construir nesse instante. Queria manifestar essas idéias em contribuição a este tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Está a sugestão enviada, que tendo tomado nota de todas estas sugestões e observações, apresentadas pelo Equador, Brasil, Colômbia, Chile, mais o que apresentaram os países, a Venezuela, tudo o que foi dito aqui, possa passar o Grupo de Trabalho sobre Financiamento de Comércio para consolidar o documento final de Convocação, consolidar a metodologia, as observações e esclarecer o tema das datas, levando em conta que parece haver consenso de que sejam estabelecidas suas datas opcionais.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Especificamente quanto às datas quero lembrar, porque ontem também o mencionávamos, de que em abril, entre 17 e 19, realiza-se a Cúpula das Américas em Puerto España, Trinidad e Tobago, isto é, a partir do dia 20, como se disse aqui, a agenda está um pouco mais livre, e a data mesma 29 é uma quarta-feira, e a quarta-feira anterior seria 22, creio que 22 e 29 seriam duas datas que poderiam ser marcadas para consideração. Dia 22 obviamente terá a vantagem de nos dar mais tempo para que 14 e 15 de maio, quando se reúna o CEMLA, nosso documento já esteja preparado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Creio que deveríamos fixar duas datas, que sejam 22 e 29, 21 e 29, creio que isso facilita a nossa gente dos Bancos Centrais como disse Argentina e da minha parte, pelo menos do Brasil virá uma alta autoridade e não um especialista, concordando com o Equador em que será uma alta autoridade que virá do Ministério da Fazenda.

Queria somente manifestar com relação à questão da Oficina que estou de acordo, realmente não deveríamos dividir, é mais fácil ter, como disse a Venezuela, Equador, seria a discussão de três temas como está nos termos de referência, como o Brasil sugeriu, a discussão de três grandes temas, dois temas na manhã e um a mais à tarde. De manhã se poderia discutir o CCR e as experiências sobre o uso de moedas locais no continente, a questão do SUCRE, a questão do SML entre o Brasil e a Argentina, e se deixaria toda a tarde para o que chamamos aqui, mas se pode mudar, "implementação de um sistema multilateral e voluntário de pagamentos a partir das experiências existentes na região", isto é, para que fossem apresentadas e identificadas propostas, seria toda a tarde.

Presidente, explico novamente as sugestões, as contribuições do Brasil sobre o programa, visto que temos um dia, e é uma vantagem que tenhamos um dia de Seminário, porque esses senhores do Ministério da Fazenda e Bancos Centrais estão muito ocupados, então, creio que é uma vantagem que saibam que virão aqui e estarão o dia todo. A preocupação foi de racionalizar, no máximo, o dia do seminário, o dia de trabalho, por exemplo, na proposta da Secretaria-Geral de termos de referência tinha uma apresentação do seminário a cargo do Coordenador do Grupo de Trabalho de Financiamento, não há necessidade de que tenhamos isso, creio que é mais interessante que os nossos funcionários do Banco Central e do Ministério da Fazenda falem sobre o CCR, como também não há necessidade de uma apresentação da Secretaria-Geral sobre o grau de utilização do CCR, é muito mais prático que a Secretaria elabore um pequeno relatório sobre o grau de utilização do CCR e os funcionários do Banco Central sabem isso de cor, não há necessidade de perder 45 minutos, temos que dar-lhes a possibilidade de falar e de apresentar propostas. Por exemplo, uma pausa de 50 minutos depois de que começemos o seminário, sabe-se que uma pausa não será de 10 nem 15 minutos, será de meia hora ou 45 minutos, mais café e falar, sabemos isso, então, a nossa preocupação foi fazer um programa racionalizado para o dia dos trabalhos, e podemos tirar a palavra primeira oficina, segunda oficina, terceira oficina, não há problema nenhum e é verdade, é muito melhor pensar em um seminário somente para o dia dos trabalhos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra a Representação Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Duas pequenas contribuições. Primeiro, gostaria de que saíssemos daqui com as datas já concordadas, que possam ser a de 22 e a de 29.

Segundo, sobre o ponto terceiro sugerido pelo Brasil, creio que daríamos mais força a este seminário ou grupo de trabalho, como indicou o Embaixador do Equador, se enquadrássemos isto na encomenda feita na Cúpula, onde diz o que leu o México “Encomendar aos Ministros de Finanças ou similares a elaboração de uma estratégia com vistas à conformação progressiva de uma arquitetura financeira regional e sub-regional que inclua a elaboração das seguintes propostas”, e aí vem “um sistema multilateral e voluntário de pagamentos”, o que quero dizer é que a este ponto indicado pelo Brasil seria politicamente importante anexar que é uma instrução de caráter presidencial aos Ministros da Fazenda porque isto também inclui o que tínhamos dito de envolver mais os Ministros da Fazenda neste tema para que reduzam algumas potenciais resistências técnicas que possa haver nos Bancos Centrais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Vou dizer algumas coisas para ver se podemos sair desta discussão ou terei a impressão de que estamos discutindo um projeto de Resolução, não chegamos a acordo, creio que tudo está claro, deveríamos definir alguns detalhes simplesmente.

Em primeiro lugar, é um evento de alto nível, ou seja, com representantes de alto nível dos nossos países, cada um de nós deve fazer o esforço para que estejam presentes as autoridades do Banco Central, do Ministério da Fazenda ou de Planejamento, etc, que isso seja uma decisão soberana de cada um dos nossos países, claro que a ênfase deve estar nos representantes do Banco Central, mas se de um país vier o do Ministério da Fazenda ou Planejamento é uma decisão de cada um dos

países, o importante é que seja um evento de alto nível, não um evento que depois os representantes junto à ALADI sejam os representantes nesse evento, ou não faria sentido o que vamos fazer e sobretudo os propósitos, então, essa deve ser a ênfase.

Estou de acordo com que sejam duas datas, 22 e 29 acordemos isso de uma vez, de todas formas, vamos fazer as consultas e depois voltaremos aqui com as propostas, então, alguns dirão 22 e outros dirão 29 e teremos que ver como fazemos para ficarmos de acordo, e o digo porque temos que agir já, se deixarmos isto ao livre arbítrio chegará abril e não teremos feito o seminário.

Quando falei não tinha a versão do Chile, agora a tenho, e estou de acordo com uma proposta do Chile quanto ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, há uma primeira parte chamada "Avaliação do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos", estou de acordo com isso entre outras razões, porque a Venezuela é um dos países que mais utiliza este mecanismo.

Gostaria de dizer ao meu amigo, o Embaixador Regis, que não entendo por que ele chama isso de CCR, eu o entendo como CPCR, é mais difícil e não sei se estou no certo, é um problema semântico.

Bom, definitivamente fiquemos de acordo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. A proposta em Mesa é 22, sugerimos tentar aprovar 22, porque é necesario fazê-lo quanto antes e, alternativamente, 29. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, Presidente. Para ser coerente com o que foi minha proposta que dizia que tinha que haver um documento da Secretaria, consolidado, que contivesse todas as observações de todas as Representações, não vou referir-me à proposta pelo Chile.

Agregar que o senhor, como Presidente, fez uma proposta de que isto fosse para um Grupo de Trabalho, o qual considero muito adequado, para que dizesse com muita precisão, fundamento e profundidade o que nesse momento verá o Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tomou-se nota de todas as observações e propostas, foram aprovadas muitas delas, o tema das datas está claro, quanto ao tema da metodologia há determinado consenso neste aspecto, sugerimos que isto possa passar para o Grupo de Trabalho para afinar os detalhes e possa ser viabilizado.

A sugestão seria aprovar, neste Comitê, a realização do seminário, com todos esses elementos.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, a verdade é que para o dia 22 temos pouco tempo, um mês e meio e temos que elaborar documentos, minha sugestão -estava falando com minha colega argentina- se necessitamos realmente reunir o grupo de trabalho. Temos a sugestão do Chile de algumas modificações, poucas modificações, dos termos de referência que elaborou a Secretaria-Geral, o Brasil também apresentou algumas sugestões, por que não pedimos à Secretaria-Geral que simplesmente incorpore estas sugestões e que nos mande imediatamente o texto

consolidado? Na próxima reunião aprovamos, ou faremos mais mudanças se forem necessárias, mas teremos, de todas formas, um texto muito mais próximo do que estamos falando, já o texto da Secretaria-Geral está muito próximo, se agregamos a sugestão do Chile, algumas do Brasil, tirando a Oficina, poderíamos ter um texto mais limpo e mais próximo do que pensamos aqui.

Se reunirmos o grupo de trabalho, temo que possamos perder um tempo importante. O mais pronto que os nossos Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda tenham esse termos de referência que vamos submeter a eles ainda, quanto antes tenham uma referência do seminário, melhor. Minha sugestão é esta mas tampouco estou contra a reunião do Grupo.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Então, está na Mesa o tema da data, que já parece que há um consenso, o tema de que esperaríamos as observações dos países, que a Secretaria se encarregaria de consolidar essas observações e distribuirmos um documento quanto antes e que se houver mais observações, que foram de fundo, veríamos se for necessário convocar um Grupo de Trabalho, etc. Inicialmente a Secretaria se encarregaria da tarefa.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Obrigado. Coincidiu com a última intervenção do Embaixador do Brasil, talvez se nos dedicamos alguns minutos a mais agora não é necessário o Grupo de Trabalho, exceto que seja o de Alternos, mas não outro especial. Creio que não é necessário, se nos dedicarmos alguns minutos a mais, porque para mim os três documentos, que revisei rapidamente, em algo coincidem, que quase não há nada que revisar, é a lista de temas, não deve ser eliminado nenhum tema proposto porque isso depende dos expositores, que assumam esse tema ou o modifiquem, creio que aí não há problema.

Pedi a palavra porque na anterior intervenção do Brasil há uma diferença entre o que ele manifesta e o que eu estou manifestando, ele diz que à tarde começa outra oficina, creio que aí são duas oficinas, para mim o tema é um, são variantes do grande tema o que se manifesta no que aqui se chama as três oficinas, que podem ser mais ou menos, é um tema. O mau é que sejam três oficinas apresentadas em três sequências, como estão nos documentos, é que os que estão em um não ficam sabendo o que acontece nos outros, e não consta em nenhum dos três documentos a possibilidade de que as pessoas trabalhem em um grupo, temos que resolver essa parte aqui, ou que um Grupo de Trabalho discuta se for importante ou não que haja grupos.

Creio que é importante, para todos os que venham, que ouçam os outros e saiam de um autismo que existe de crer o que dizemos. Que exponhamos e tenhamos a oportunidade de escutar o que falaz os outros, e todos vão se enriquecer, mas se o fazemos como três grupos de forma separada, ninguém ficará sabendo o que acontece com os outros e não vai se enriquecer e o tema é um.

Então, creio que devemos ficar de acordo por qual das duas vias iremos, porque são duas vias e manifesto que os expositores do que aqui dizem as oficinas todos estejam de manhã, no início, inclusive, pode diminuir o tempo, há eventos muito importantes onde a exposição é de 10 minutos e há tempo suficiente em 10 minutos se cada um expõe e manifesta as conclusões e recomendações, mas que todos se ouçam, porque aí estamos cumprindo uma condição de um evento diferente, de uma visão multidisciplinar, ouvir os outros e não crer que a solução está em mãos de um, e depois passar, e vou repetir, se

houver perguntas, mas a qualquer um de todos os que estão aí, e depois o mais importante, o que as pessoas elaboram nos grupos, ou o que vai ser discutido na Plenária? Não entendo uma Plenária onde não há um documento, algo que aprovar, que Plenária é essa?

O ideal é que em lugar de que a Secretaria elabore esses documentos, sejam os próprios participantes, os assistentes, que cada um se divide em um único grupo de trabalho, aí sim, são os que elaborarão as propostas para serem discutidas no Plenário.

Insisto que são dois critérios diferentes que estão sendo manejados, que são apresentados nos documentos e tento esclarecer que o único ponto discordante, porque no resto há um acordo total nos temas, e nos outros temas que poderiam incorporar-se, que a Secretaria deveria incorporar com base no tema específico ou no nome que os países querem que se convoque sua intervenção, isso é o único que devemos fazer, porque estes são temas provisórios. Há duas situações, uma que nos obriguem a falar e outro é o que cada um quer pôr sua marca contribuindo quando vier a esse evento, diria que aqui é um ponto em discrepância que deveríamos, se quisermos, metodologicamente se o discutir em outro lugar, no resto estou totalmente de acordo com tudo o manifestado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Tenho entendido que o Brasil não tem objeção de que seja um único tema, não estamos separando em oficinas, isso está claro. O outro ponto, o tema metodológico, é algo que deixaremos para discutir fora deste Comitê.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Sobre o tema do documento, quero manifestar que devemos dar um prazo, que podemos estabelecer já, de uma semana por exemplo, para que os países que ainda não fizeram as observações, tenham a chance de fazê-las, isto é, não é ficarmos somente com dois ou três papéis que foram feitos rapidamente e eficientemente, mas juntá-los, mas fixemos um prazo, digamos quinta-feira 12 ou sexta-feira 13 como prazo *dead line* para estabelecer observações ao documento da Secretaria.

Vencido esse prazo, coincido com que a Secretaria pode recolher os documentos elaborados, se houver alguma coisa totalmente contraditória consultar-se-á, mas creio que a Secretaria perfeitamente pode elaborar um consolidado dos documentos que, na semana seguinte, poderíamos enviar aos Bancos Centrais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Sim, temos que ser operacionais, não temos muito tempo, devemos pôr um prazo, receber as observações por escrito, a Secretaria as consolida, e se depois disso houver algo que for questão de estado, então apresentamos o tema por uma nota.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Com o que propôs Olima me abstenho, mas considero que quinta-feira é demais, talvez poderíamos fechar um pouco, mas é algo que o senhor pode avaliar, e considero que além do Grupo de Trabalho possa ser considerado em uma Reunião de Chefes de Representação que viabilizaria um pouco mais, se pudesse estender, inclusive, ao prazo que dizia Olima de admissão das diferentes observações não só as temáticas, mas também de metodologia, porque são os Presidentes de Bancos Centrais, etc, que terão que julgar,

nos termos que nós lhes propomos, qual a melhor fórmula para chegar a uma conclusão nesta reunião. Temos que dar oportunidade para que eles se expressem, então, depois para viabilizar a conclusão de que o façamos em Chefes de Representação que não tem que ir já a um Grupo de Trabalho, era uma proposta a ser avaliada.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Por alguma razão hoje estamos em absoluta coincidência com a Representação da Argentina que acaba de dizer exatamente o que eu tinha programado. A isto queria agregar algo mais, creio que como conceito temos que deixar sempre claro que quando há países que anunciam propostas, contribuições para um trabalho, nunca, por princípio, deve ser elaborado um documento com os poucos que o fizeram em uma sessão, porque toma-se como base o que se faz, então, muito respeitosamente, quero fazer ênfase nessa espera, mas com esse conceito, simplesmente que na construção dos documentos, o documento base tem que ter a participação dos que estamos dispostos a fazê-lo e naturalmente coincido com a Embaixadora de Cuba em que os comentários podem ser tanto temáticos como metodológicos. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora. Efetivamente, neste processo de construção cada documento que chegar deverá ser socializado rapidamente, fazer observações, não podemos dar-nos o luxo de trazer altas autoridades para que se aborreçam, tem que haver uma dinâmica e metodologicamente também será necessário fazer consultas com especialistas para ver qual o melhor formato para uma reunião de técnicos de alto nível sobre um tema econômico que tem que resultar e derivar em propostas concretas.

Estariamos, então, concluindo que a Secretaria-Geral nos distribuiria os comentários que chegariam, há uma data final que inicialmente poderia ser sexta-feira da próxima semana, sugerem quarta-feira. Então, quarta-feira da próxima semana, temos uma semana completa para ter reações sobre o documento e sobre a metodologia e, posteriormente, teríamos um consolidado que seria o mecanismo a ser implementado para esta reunião.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. A Secretaria queria insistir no fato de que para nós é fundamental que um grupo de trabalho, ou os Alternos, ou a proposta que acaba de fazer a Embaixadora de Cuba de que fossem os Chefes que se reunissem quando tivéssemos todas as propostas. Vai ser muito fácil se as opiniões e propostas que venham se complementam umas com outras e armamos um novo formato, mas se houver contradições, alguém tem que resolvê-lo e para isso terão que estar todos presentes, não podemos por Secretaria começar a fazer de árbitros e dizer esta proposta é boa, esta é má, vamos necessitar, em determinado momento, que os países se reúnam para resolvê-lo.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário. Fica a critério da Secretaria se for necessário convocar os Representantes, esperemos que cheguem os comentários, por enquanto não vemos grandes contradições, há complementaridades entre as propostas, esperemos que seja possível construir e deixemos a critério da Secretaria, que se existir alguma comunicação que manifeste uma questão de fundo e se necessitar, teremos

que convocar a proposta da Embaixada de Cuba, os Representantes para conciliar os temas.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Com base no que nos disse o Secretário-Geral, vencido o prazo para a entrega de sugestões ou contribuições no dia 11, talvez o importante seja que tenhamos esta reunião antes da Reunião do Comitê que imagino que será no dia 18, poderíamos ter uma Reunião de Chefes de Representação no dia 17, creio que o tema requer isso, com isso o Comitê poderá aprovar e cada um mandar às suas capitais os termos de referência a partir do dia 18, então, minha sugestão é que tenhamos no dia 17 uma Reunião de Chefes de Representação para considerar as contribuições dos países. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Fica na Mesa, então, aparentemente haveria certo consenso, para ter uma reunião prévia ao próximo Comitê, no dia anterior, com a finalidade de terminar de alcançar o consenso.

Daríamos por aprovada a realização deste importante evento na ALADI, congratulamo-nos que assim seja, e desejamos que se faça o melhor esforço de todos, todos estamos para construir, creio que todas as opiniões e observações irão sempre no sentido positivo e construtivo.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Antes de terminar com o ponto da oficina ou seminário, conferência ou como queiramos chamar, quero dizer que a Venezuela não tem problema em como o chamem, o importante é que seja realizado.

Este evento necessita uma informação e publicidade importante da ALADI, uma vez que tudo isto esteja definido e também os participantes, que cada país informe quem viria das suas capitais, que haja uma campanha informativa nos meios, que não seja somente por uma nota de imprensa, que haja toda a intenção de que na América Latina, pelo menos, se saiba que esse evento está sendo realizado aqui e que tem os propósitos estabelecidos nos termos de referência. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. É pertinente, portanto, a proposta da Venezuela de promover o evento, isto é, que haja uma campanha, a Secretaria já verá os mecanismos, cartazes serão distribuídos nos países, veremos... a Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido que a Venezuela, posição que respaldo totalmente, creio que seria interessante agregar algo de financiamento a este evento, que não tem nada previsto, a ALADI tem que encarregar-se de, pelo menos, uma pessoa por país, e a verdade é que em função da importância deste seminário, creio que deveríamos fazer um esforço, embora o distraíamos de outros fins, de financiar duas pessoas por país. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Compartilho plenamente, ia manifestá-lo quando nos reunamos os Chefes, mas considero que é um esforço que devemos fazer porque vai ter um resultado na concretização de um documento que será válido, talvez seja uma das atividades mais importantes e que mais frutos dê no ano de trabalho pelo que coincido plenamente em propor que fossem dois. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Então, encomendamos à Secretaria a elaboração de um orçamento que submeta à consideração dos países-membros para que na reunião de Chefes possa ser considerado.

Agradecemos a todos pelas suas contribuições, suas intervenções e as importantes idéias e sugestões manifestadas no Comitê.

Passamos ao ponto 5...

5. Consideração da convocação da Reunião do Conselho de Ministros para tratar a Adesão do Panamá ao TM80

...senhor Secretário informe-nos sobre as datas, os períodos e as necessidades para cumprir a solicitação do Panamá.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Realmente pensamos, o manifestamos já no princípio, que uma consulta às Chancelarias sobre as possibilidades no final de maio e os primeiros dias de junho, entre 15 de maio e 15 de junho, nesse período, seria uma data que poderia cumprir os objetivos de chegar em tempo preferencialmente no final de maio se for possível com a solicitação do Panamá, que tem eleições, mas isso é o que a Secretaria pensa, não sabemos como realmente pensam os países e os compromissos que houver.

Creemos que é importante fazer a consulta rápida. Por casualidade o Presidente encontrou-se com o Chanceler do Paraguai no aeroporto, há alguns dias, e ele manifestou-lhe que na data que foi convocado, ele viria para este objetivo, pelo qual, pelo menos, aí já temos um voto favorável.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Em alguma ocasião anterior fizemos referência a que não é imaginável que convoquemos dois Conselhos de Ministros, um para o tema Panamá e outro para os demais temas, de tal forma que insisto com a sugestão de que seja um único Conselho de Ministros que trate, em primeiro lugar, o Panamá, e em segundo lugar, os Projetos de Resoluções que com muito trabalho elaboramos durante todo este tempo, faltará alguma coisa que ordenar ainda, tomara que possamos resolvê-la.

E inclusive existe a potencialidade, em função do evento que estamos falando, mais a reunião de Presidentes de Bancos Centrais na República Dominicana, etc, que para a data provisória do Conselho de Ministros que estamos imaginando, que deve ser entre o final de maio e 10 de junho porque há uma solicitação formal do Panamá de que isto seja concretizado durante a atual gestão do Presidente Torrijos, possamos talvez ter

algum avanço substancial no tema do CCR, que poderia ser incorporado ao Conselho de Ministros.

Se conseguirmos uma coisa dessa natureza, creio que realmente teríamos um Conselho de Ministros com uma fortaleza pouco comum nos últimos anos na ALADI. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Quero simplesmente pôr na Mesa as restrições que teria o Panamá para chegar à sua data chave, junho, é dia 30 de junho, o término do período presidencial, creio. Tem que aderir à PTR e às LAMs, talvez algum dos senhores saiba melhor que eu quanto tempo vai tomar, e seu próprio Congresso tem que ratificar o instrumento para poder apresentá-lo e depositar. Considero que é tarde em maio, em todo caso, creio que teria que ser em abril também. É um comentário sobre o ponto específico do Panamá.

Creio que todos desejaríamos ter um Conselho de Ministros com uma agenda muito nutrida, rica, mas o que não podemos não ter é o Conselho de Ministros para o Panamá, isso teria que estar, e aí podemos ter a figura de habilitação nossa para poder funcionar como Conselho de Ministros. Não é o melhor, não é o mais elegante, o ideal seria que estivessem os Ministros, os Chanceleres, dando as boas-vindas a um novo país na ALADI, mas quero que tenhamos pelo menos um acordo de mínimo, para não comprometer ou sacrificar uma coisa tão importante como a adesão plena do Panamá à ALADI.

Não objeto, com isto, o que manifestou o Embaixador Olima, tomara possamos ter isso, mas não o vejo muito realista, no entanto, esse não é o tema, o tema é ter um acordo de mínimo suficiente para a adesão do Panamá. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Efetivamente teremos que agir um pouco mais rápido, porque talvez não seja possível cumprir os tempos e poderia frustrar-se o tema do Panamá que creio que não devemos permitir que isso aconteça, portanto, deveríamos pensar, como manifesta o Embaixador do México, que o Conselho deve ser em abril.

Sei que pode ser muito pronto, mas talvez poderíamos convocar os países para terminar de aprovar os temas das Resoluções, para que possamos incorporá-las também a esse Conselho, e eventualmente, se algo sair da reunião que estamos realizando, poder incorporar, embora seja uma Declaração a esse respeito, nesta reunião.

Esta na Mesa a proposta do Embaixador do México. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). A única verdade é a realidade, tem razão o México, façamos o Conselho de Ministros para abril. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Não quero ser pássaro de mau-agouro mas para abril só temos um mês, então, vejo pouco realista realizar o Conselho de Ministros com nossos Ministros das Relações Exteriores. Mas, se houver outra modalidade que é a que está sugerindo o México

deveríamos pensá-lo, analisá-lo já, mas aí tenho a dúvida de qual o desejo do Panamá, que o Panamá seja aderido à ALADI sob a figura dos Representantes Permanentes com as autorizações respectivas ou sua aspiração é que isso seja acordado pelos Ministros? Deixo-o como dúvida, falta um mês e realizar o Conselho de Ministros com os Ministros creio que é pouco realista. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. O Secretário tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, quero manifestar que é desejo desta Secretaria-Geral que a reunião tenha lugar na nossa sede quanto antes. Porém, quero manifestar que existe uma possibilidade que acabamos de viver no Brasil, onde houve quatro Cúpulas simultâneas, e na Cúpula das Américas estarão todos nossos Chanceleres e posso garantir-lhes que nesse lugar haverá mais Chanceleres que se vierem a Montevideu. Desculpe, Cuba não está presente. Retiro a proposta. Mas, não sei se estando os Chanceleres da ALADI não possam convidar o Chanceler para estar? Não tem proibida a entrada a Trinidad e Tobago.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário. Então, está também na Mesa a proposta de aproveitar outro Foro.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Muito brevemente, tenho a impressão de que a principal meta do Panamá é cumprir com a adesão do Panamá na Presidência atual, se a solução que podemos oferecer é um Conselho de Ministros na qual exerçamos os plenos poderes, porque vai haver outro em algum momento para tratar todos os projetos de Resolução, o qual temos pendente desde o último Conselho de Ministros; creio que é a solução que temos que adotar e, nesse caso, creio que o melhor é que pensemos no mês de abril, tal qual manifesta o Embaixador Luiselli. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra o Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Creio que o ideal seria, juntando tudo o que foi dito, que tivéssemos um Conselho de Ministros que aprovasse a adesão do Panamá e o conjunto de Resoluções que temos, falta ainda uma Resolução e, como disse a Argentina, eu tinha mencionado também, o Conselho de Ministros poderia fazer também uma Declaração com base no CCR, do Seminário que vamos ter, que daria mais projeção, o que a Venezuela propôs, ao Seminário sobre CCR e moedas locais.

Para mim, sinceramente, é muito cedo, dependerá de como avancemos nos trabalhos, mas se chegamos a abril e não conseguimos convocar o Conselho de uma maneira ideal, então, a solução do México é boa, então, teremos plenos poderes, em outras palavras não deixaremos passar o prazo que nos pediu o Presidente do Panamá para a adesão, podemos com plenos poderes aprovar a adesão e não haverá problema. Creio que podemos esperar um pouco mais para pensar em datas provisórias para o próximo Conselho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, Presidente.

No mesmo sentido que o Brasil, o Peru considera que deveríamos tentar a realização de um Conselho de Ministros que abordasse todos os temas pendentes, como é o conjunto de Resoluções mais a adesão do Panamá, porém, o Peru está disposto a explorar a proposta do México que é uma proposta pragmática, realista, no sentido de que se quisermos realmente procurar a adesão do Panamá ao TM80 teríamos que ver uma forma muito mais expedita para consegui-la.

Creio que os plenos poderes para os Representantes Permanentes são uma forma bastante expedita de fazê-lo. Considero que se isto se prolongar até maio com dificuldade será possível alcançar o objetivo de incorporar o Panamá à ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Estou de acordo com todas as propostas realizadas menos com a proposta do Secretário, com franqueza creio que não podemos tirar da sede de Montevidéu da ALADI a aprovação do Panamá, é o décimo terceiro membro que se integraria e a verdade que fazê-lo fora do âmbito da ALADI não creio que seria politicamente conveniente. Obrigado.

PRESIDENTE. Embora, Embaixador, nestas épocas de globalização isto das reuniões múltiplas esteja começando a ser um costume. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, queria informar-lhe que enquanto estávamos debatendo nos comunicamos com o Panamá para perguntar-lhe o que consideravam eles de tempo e dizem que em um mês estariam em condições de pôr em execução o cumprimento LAMs e PTR, falta encerrar somente com dois ou três países, o resto já está praticamente resolvido.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. Chegou a hora de tomar decisões. Aparentemente, com a intervenção do Peru haveria certo consenso de trabalhar no sentido de buscar um Conselho integral que possa tomar todos os temas pendentes, um Conselho de Ministros que possa resolver todos estes temas e o tema do Panamá será atendido em sua urgência.

Em função disto, creio que a tarefa fundamental é começar a trabalhar em uma data de tal forma que teríamos que fazer as consultas em cada país para poder estabelecer a possibilidade, primeiro, de ter um Conselho de Ministros. Alternativamente está o mecanismo dos plenos poderes que poderá ser uma opção alternativa à impossibilidade de poder acordar uma data comum para todos. Neste sentido, deveríamos ir com uma proposta de algumas datas, como no caso anterior, para iniciar nossas consultas porque não há muito tempo para isto.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Considero que primeiro que nada devemos advertir ao Panamá que a reunião seja com os Representantes com poderes, para que o Panamá saiba que se faz sobretudo para salvar sua restrição de tempo, e creio que isso tem que ser feito logo por cortesia ao Panamá.

Segundo tema, embora se mantenha a idéia do Conselho de Ministros com toda a agenda plena, não eludir já a solicitação de plenos poderes a nós, independentemente de que houvesse de Ministros, ter o poder pronto para que não aconteça a circunstância de que alguém não os tenha e tenhamos problemas. Eu diria que, de todos modos, devemos buscar os plenos poderes para ir ao evento do Panamá em alguma data que sirva ao Panamá.

Não sei se fui claro no que disse, eu já os tenho e espero os possamos ter todos para que isso aconteça, que o Panamá possa aderir antes de 30 de junho. A data de um mês está bem, não muda nada, é um pouco otimista mas, indica que estamos sobre o tema e, portanto, ponho sobre a Mesa uma data, 15 de abril. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Está na Mesa a proposta do México, ter cada um a tarefa de concertar os plenos poderes em cada país de forma que tenhamos essa ferramenta prevista e pronta, é uma tarefa importante que definiríamos aqui, e o segundo é uma data provisória para um Conselho de Ministros integral, que possa abranger todos os temas para 15 de abril, é uma quarta-feira, o seguinte é 22, que tínhamos dito que seria o seminário e o seguinte é 29 de abril, essas são as datas que teríamos em abril.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Entendo as restrições de tempo que manifestou o México, mas tenho a impressão de que se o Panamá comunicou que em um mês pode fazer, não seria obstáculo se pensássemos em 29 de abril, no seguinte sentido, temos ainda dois meses para que o Panamá faça sua internalização, todos os trâmites que tem que fazer, e, por outro lado, eventualmente poderíamos já ter para essa reunião os resultados do evento que estamos manifestando, o qual creio que seria importante no sentido do que manifestava a Argentina, que fosse o mais pleno possível e, eventualmente, pudéssemos chegar a um Conselho de Ministros com uma agenda muito mais completa.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. A proposta, então, é 29 de abril um Conselho de Ministros integral, onde seriam tratados a adesão do Panamá, também as Resoluções e a Declaração que seria produto do evento que teríamos sobre o CCR.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Somente dois comentários para ordenar. O dia 15 de abril não poderia ser porque é o de Trinidad e Tobago, pelo qual teríamos a garantia de que os Chanceleres não poderiam estar, segundo, considero certo que seja 29 de abril, mudemos a data do seminário, oficina, evento, e deixemos somente a de 22 para que possamos realizar o seminário, simpósio, evento, oficina de trabalho e dia 29 a reunião do Conselho de Ministros com o Panamá, se fosse possível com as Resoluções que temos trabalhado, e se tivéssemos êxito na organização do Seminário com um mecanismo vinculado ao CCR, se conseguíssemos isto nos próximos 60 dias creio que realmente teríamos conseguido um resultado inédito na ALADI. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Não duvide Embaixador, não duvide que tem que ser assim, porque obviamente creio que os países temos que tomar consciência, sobretudo no tema das Resoluções, que já é hora. Quanto ao Seminário, haverá uma Declaração, sem dúvida, creio que é possível cumprir isso e deveríamos convocar os países para pôr o máximo esforço nesta determinação.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente. Adiro e apoio a iniciativa do Embaixador Olima, mas estou convencido também de que o que conjecturou o Embaixador da Venezuela é bastante realista e, portanto, creio que, pelo menos, deveríamos ter um plano b), porque creio que isto do dia 23 e 29 parece um sonho, *wishful thinking* que creio que não vai funcionar.

Tomara que eu esteja errado, e faremos todo o esforço para que funcione, mas, pelo menos, temos que anteceder-nos a que tem que haver um plano b), portanto, o dos plenos poderes, já os tenho igual que o Embaixador do México, é uma alternativa e o de Trinidad e Tobago, não sei por que já se disvirtuou e creio que é uma alternativa teórica, não digo que seja nem boa nem a melhor, mas creio que tem que haver um plano b). Obrigado.

PRESIDENTE. Esse é o c), o plano b) é obviamente os plenos poderes. Então, claríssimo, e talvez se temos plenos poderes para tudo, inclusive melhor, para que de uma vez possamos resolver esses três temas por essa via, e devido aos tempos, devido à urgência. Temos várias urgências, tinha dito o Embaixador da Venezuela e tem razão a crise não espera, também devemos considerar esse tema para a Declaração, considerar o tema da integração com estas Resoluções que poderíamos aprovar e com o tema do Panamá.

Se todos estivermos de acordo, então, inicialmente o Seminário fica para o dia 22 e todos fazemos um esforço para isto, o dia 29 é o Conselho de Ministros e o plano b) é o mesmo 29 com plenos poderes dos Representantes Permanentes. Esse seria o acordo que tomamos neste ponto. Com isto encerramos o ponto número 5 da agenda, e como sempre, o Embaixador da Venezuela tem a última palavra.

- Hilaridade

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). O senhor sabe, Presidente, que aqui há recorde, eu uma vez estando ali propus que trouxessem fita para fechar a boca de alguém, não por antidemocrático, mas porque às vezes se intervém bastante.

Queria dizer que deve-se aprovar uma Resolução de Convocação do Conselho de Ministros, e tem que ser já.

PRESIDENTE. Então, ficamos de acordo em que se aprova, neste momento, a Resolução de convocação do Conselho de Ministros com a agenda estabelecida já, a parte procedimental será feita, neste momento, pelo Secretário e a sua equipe.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Senhor Presidente, obrigado. Somente um esclarecimento, caso o plano a) para a convocação do Conselho de Ministros não funcione e, portanto, entre em execução o plano b), a agenda do plano b) é somente a adesão do Panamá ou tudo? Agora se for tudo, temos pendente o Projeto de Resolução sobre serviços, embora seja possível fazer a Resolução, porque na agenda não deveria estar incluído esse projeto, neste momento, na convocação não deveria ser mencionada essa Resolução.

PRESIDENTE. Está na mesa o tema. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Simplesmente, Presidente, na agenda podemos pôr "Projetos de Resolução a serem elevados pelo Comitê" sem mencionar nenhum ainda.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, primeiro, creio que temos que saber um pouco, ter uma idéia de se nossos Ministros podem vir no dia 29, não tenho idéia da agenda do meu Ministro, creio que temos que ver o tempo, e pediria que não fosse feita a convocação agora porque não sabemos o que vai acontecer com esses Projetos de Resolução, se vai ser o plano a), o b), e não faz sentido, se vai ser o plano a), que falemos dos Projetos de Resolução se o conjunto não está aprovado. Pediria um pouco mais de tempo, necessitamos tempo para saber se nossos Ministros podem vir no dia 29 e também que nos dê tempo para trabalhar um pouco mais no conjunto de projeto para ver se conseguimos aprová-los. Somente podemos convocar o Conselho no momento que saibamos se vai ser plano a) ou b).

PRESIDENTE. Para nossa seguinte reunião do dia 18 poderíamos ter clareza neste aspecto, é a proposta do Brasil, de tomar esta Resolução e aprová-la, embora possa ser redigida no próximo Comitê.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Se deixarmos isto para o dia 18, não quero que entremos em frustrações, estamos dizendo por aí, o Embaixador Olima disse que se conseguimos essas duas coisas teríamos que fazer uma grande festa na ALADI, agora deixamos isto para o dia 18, já não é um mês porque devemos contar Semana Santa, é necessário diminuí-lo, digo que temos que pensar seriamente no que vamos fazer para não entrar em um estado de frustração, não sei se é o plano a), b) ou o plano c).

O plano a) é que se realize um Conselho de Ministros com tudo, o plano b) é realizar um Conselho de Ministros para as Resoluções e um Conselho de Ministros com poderes e o plano c) é realizar um Conselho de Ministros com todos os poderes para tudo, para o assunto do Panamá e as Resoluções porque o que é válido para uma coisa é válido para tudo, então, digo que pensemos, reflitamos e vejamos qual a melhor solução em função realmente das agendas dos nossos Chanceleres, porque aqui estamos falando em datas já mas as agendas dos Chanceleres? Temos que consultá-lo, mas isso tem que ser para amanhã mesmo, não pode ser para o dia 18. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Quero assinalar, em primeiro lugar, o seguinte: o Conselho de Ministros é o Conselho de Ministros seja que venham os Ministros, os Vice-Ministros, sejam representantes especiais ou estejam os Representantes Permanentes junto à ALADI com poderes especiais, continua sendo o Conselho de Ministros.

Em segundo lugar, digo o seguinte, embora passemos agora 20 dias mais a agenda dos Ministros sempre é complicada, e cada dia que passar vai ser mais complicada, se esperarmos até o dia 18 de março para manifestar aos nossos Ministros sobre o dia 29 de abril vai ser infinitamente mais complicada, por isso falou-se do plano b), por isso falou-se de fazer uma Reunião do Conselho de Ministros sem os Chanceleres, que é o mais provável que aconteça, talvez tenhamos o privilégio de que alguns Chanceleres, por alguma situação especial possam vir, mas o mais provável é que esse Conselho de Ministros esteja em grande medida assentado sobre os poderes especiais dos Representantes aqui.

Portanto, considero que continuar postergando isto não é bom. Compreendo a preocupação do Brasil, que creio que mais que pela data é pelo conjunto de Resoluções, preocupação que temos todos porque a realidade é que não temos avançado trabalhando durante dois anos para chegar a este momento com situações inconclusas, teremos que ver e se não podemos chegar a um acordo sobre o que falta resolver em matéria de Resoluções, e o Conselho de Ministros tratará somente o tema Panamá e não tratará nada mais, se isto for necessário.

Isto é, essa é a alternativa b), caso o Conselho de Ministros tenha uma maioria de Representantes, o Conselho de Ministros decide reduzir a sua agenda exclusivamente ao tema Panamá e já está. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Sim. Obrigado, Embaixador. É efetivamente, pode sair da agenda tranquilamente o tema se é que não alcançamos um consenso, mas é necessário prevê-lo. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Creio que como não estamos cansados, o ano está começando aqui, há um ponto que não é necessário esperar a 18 de março, não teria mudado nada até 18 de março e o plano d) e qual esse plano? Que temos alguns Projetos de Resolução aprovados e serviços.

Teríamos que perguntar ao Brasil, à Venezuela e à Bolívia sobre suas posições em relação a esse tema e de uma vez já acabamos e ganhamos bastante tempo. Pergunto ao Brasil, o que acontece se não se avança nada em serviços? Pode haver um Conselho de Ministros tratando os outros projetos de Resolução e não serviços? Pergunto à Venezuela, se vão levantar as reservas no tema de serviços. O mesmo perguntaria à Bolívia, e não temos que esperar o dia 18? Porque se não mudou até agora, não vai mudar nada no dia 18 e aí coincido com a preocupação do Embaixador da Argentina, que há um tema de conteúdos que estaria bloqueando o que vai tratar esta reunião de Ministros, mas creio que podemos tratar isso agora, por que esperar tanto tempo? E que aconteça o que diz o Embaixador da Venezuela que cada dia se acorte mais a data, o que faria muito difícil.

Creio que estamos em uma época que se um Ministro não pode vir, pode vir um Vice-Ministro, tem que delegar, não podemos adaptar a problemática da América Latina a um Ministro, seja qual for o país, então, nesse plano temos um assunto prévio a resolver, que acontece com os projetos aprovados? Qual a posição destes três países mencionados e de uma vez saibamos se haverá somente a reunião para aprovar o documento do Panamá ou vai ser uma reunião para tratar os projetos até agora aprovados ou o Brasil vai objetar se não for aprovado o último tema pendente. Isso pode ser esclarecido neste momento com poucas intervenções e gostaria de conhecê-las.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Efetivamente, temos que enfrentar este tema e como diz o Embaixador do Equador, falemos sobre isto, procuremos resolver agora porque

obviamente se temos esses prazos que mencionou o Embaixador do México não podemos dar-nos o luxo de esperar mais tempo, temos que tomar decisões e creio que devemos tomá-las aqui neste Comitê para a convocação, postergá-lo até o dia 18 vai fazer com que as agendas dos Ministros sejam recargadas até o dia 18 e vai ser praticamente outra vez propusemos uma postergação e não vamos alcançar nem uma coisa nem a outra. De forma que teríamos que estabelecer isto.

Por outro lado, também a pergunta do Embaixador do Equador é pertinente porque os senhores receberam as folhas dos Projetos de Resoluções que já têm consenso e há um que não tem. Então, a pergunta é, vamos condicionar que esse último projeto de Resolução também esteja em consenso para proceder à aprovação de todas ou vamos proceder com a aprovação também, porque os Ministros poderiam aprovar as coisas que já têm consenso nessa reunião de Ministros?

Estaria isso em consideração para poder saber se vai ser parte da agenda ou se não vai ser. A outra consideração é que pode ser parte da agenda apesar de que houvesse um condicionamento sobre uma Resolução para aprovar o resto e que eventualmente poderia ser tirado da agenda se não se alcançasse um consenso, mas a pergunta inicial é se já temos várias Resoluções com consenso, por que não aprová-las? Aproveitar a reunião do Conselho de Ministros e aprovar essas Resoluções.

O tema está na Mesa.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Como manifestou o México, temos esses prazos para a questão da adesão do Panamá. Para convocar formalmente o Conselho de Ministros temos que também estabelecer a agenda. Eu não teria nenhum problema em aprovar uma convocação do Conselho de Ministros incluindo como ponto da agenda a adesão do Panamá, agora, creio e isso já discutimos muitas vezes, Presidente, com sua presença e sua ausência aqui, que a questão das Resoluções temos que chegar a um consenso sobre o conjunto, é o equilíbrio do conjunto.

Creio que devemos fazer, como dizia a minha mãe, *let's go slowly but surely*, então, se tivermos que convocar o Conselho de Ministros convoquemos para a adesão do Panamá. A questão, Presidente, não é tirar da agenda, creio que podemos colocar, pôr na agenda, inclui-lo, se amanhã, se antes do dia 28 chegamos a uma conclusão sobre os projetos de Resolução o incluimos, fazemos uma nova agenda, não há nenhum problema, podemos convocar agora o Conselho de Ministros para o dia 29, mas o convocamos para a adesão do Panamá, é o único seguro que temos neste momento, como disse o nosso amigo do México, então, vamos incluir isso na agenda, amanhã se chegamos a uma conclusão e o falamos na última reunião do Comitê, estamos tendo consultas sobre isso, então, se chegamos a um consenso total, teremos o Conselho de Ministros integral, como o senhor chama e aí sim, incluimos na agenda os Projetos de Resolução.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Parece a melhor opção, podemos pôr um ponto de agenda do tema do Panamá e outro ponto de Outros, se houver consenso no tema, então, poderiam ingressar os projetos de Resolução por meio desse ponto. Basicamente creio que seria... Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Nos mesmos termos do Brasil, creio que o tema do conjunto de Resoluções não é um tema exclusivo, sem vontade de contradizer o Embaixador do Equador, entre o

Brasil, a Bolívia e a Venezuela, há outras Representações que também estão interessadas no tema, para o Peru o conjunto de Resoluções é um tema importante, e damos prioridade a que isto seja avaliado de forma integral.

Portanto, concretizar a agenda para o Peru é primordial para definir, obviamente, a posição que assumirá o Peru quanto ao conjunto de Resoluções. Quanto ao resto, creio que a proposta que o senhor formulou, senhor Presidente, o que resumiu considero bastante acertado no sentido de alcançar um consenso, pelo menos por enquanto em relação ao tema do Panamá, que para o Peru é prioritário também. Vai constituir um passo muito importante para a Associação, a integração do Panamá, vai ser refrescante para todos nós e deixar uma agenda de assuntos diversos para não travar neste momento o objetivo do Panamá. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Nesse sentido, consulto à mesa se além desse ponto do Panamá e Assuntos diversos, poderíamos já considerar para a agenda um Projeto de Declaração sobre o resultado do que seria o evento que teríamos no dia 22, que creio que é factível chegar a um consenso sobre um projeto de Declaração, pelo menos. Consulto a mesa. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Primeiro, Presidente, respaldo que como ponto dois ponhamos provisoriamente um projeto de Declaração sobre o evento do dia 22.

Segundo, por enquanto considero bem o que sugere o Brasil, que ponhamos outros, mas se chegássemos a um acordo para que não fique isto diminuído no sentido de que as Resoluções passam a ser um ponto Outros, será elaborada uma nova agenda ampliada, isto é, por enquanto está em Outros, mas o que quero dizer, se chegássemos a um consenso sobre o conjunto, não deixá-lo como Outros, mas elaborar uma nova agenda aprovada por todos. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Sim, Presidente, é exatamente o que diz Argentina. Creio que o senhor definiu muito bem, o que seria um Conselho integral com um Conselho de plenos poderes.

Creio que o ponto sobre o Seminário deveria ser objeto de uma declaração do Conselho integral, não faria muito sentido que com plenos poderes nós, não impediria nada que estivesse um Chanceler aqui, mas certamente seriam a maioria das Representações daqui, teriam plenos poderes e seríamos nós mesmos que aprovaríamos a adesão do Panamá.

Creio que justificaria pôr o ponto 2 da declaração sobre o Seminário, enquanto tivéssemos um Conselho integral, então, minha sugestão é que da mesma forma que vamos incluir como o deixou muito claro a Argentina os pontos das Resoluções, caso tenhamos o consenso do conjunto para um Conselho integral, sugiro que o ponto 2 do Seminário também seja incluído conjuntamente. Estamos trabalhando sobre a questão dos Projetos de Resolução e tenho muita esperança que consigamos um consenso, temos que pensar também de forma positiva. Obrigado.

PRESIDENTE. Celebro sus palavras, Embaixador, sobretudo a de positivas. Se estivermos de acordo, então, na medida em que os pontos possam ter consenso, que seja alcançada a presença dos Chanceleres para o dia 29, entrariam esses pontos na agenda

ou, eventualmente, a agenda tem o tema do Panamá e o tema de outros, e essa agenda está em elaboração.

Basicamente, acordaríamos este ponto, com o qual daríamos por encerrado o ponto número 5 da consideração da Convocação. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Estou de acordo com essa proposta da Presidência, o único que tenho como dúvida é o seguinte: Vou tentar manifestar o que alguns Embaixadores manifestaram e depois vou dar uma opinião sobre isso.

Dizemos que o Conselho de Ministros é Conselho de Ministros estejam os Ministros ou apenas nós com plenos poderes, é Conselho de Ministros e podem estar os Vice-Ministros, etc. Isso foi dito e estou de acordo com isso, mas, creio que não é o mesmo que estejam os Chanceleres fazendo declarações para que estejamos nós. Quero deixar isso claro. Estamos falando como o Conselho de Ministros e o outro também, mas não é o mesmo que falemos os Chanceleres nossos a que falemos nós. Isso para mim está claro e não somente para mim, mas para os meios. Não é o mesmo que saia eu para fazer uma declaração ou que saia o Chanceler para fazê-la. É uma questão que creio que todos temos claro.

Então, se isso estiver claro, eu pediria um esclarecimento. No dia 29 vamos ter um Conselho de Ministros com uma agenda, primeiro, adesão do Panamá; segundo, declaração sobre o evento que já teria sido realizado; terceiro, assuntos diversos. Pergunto: é isso? Isso é o que chamamos Conselho de Ministros integral, Presidente, pergunto-lhe por que o senhor referiu-se ao integral ou estamos pensando em que há uma reunião no dia 29 para a adesão do Panamá e outros, e depois estamos pensando em outra reunião do Conselho de Ministros para outra data. Então, quero que esclareçamos isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Não, a proposta é que vamos tratar todos para que haja um Conselho de Ministros, que venham nossos Chanceleres, esse é o propósito, portanto, deveríamos prever que na agenda deveria estar, como manifesta o Embaixador da Venezuela, o tema do Panamá, e como segundo ponto, o tema da Declaração e depois Assuntos diversos.

Alguns Embaixadores, como o caso do Brasil, crêem que vai ser uma reunião nossa com plenos poderes, mas creio que não devemos perder a esperança, creio que devemos trabalhar para ter o Conselho de Ministros, e na medida em que não consigamos que venham os Chanceleres, então, deveremos fazer os ajustes pertinentes da agenda, não creio que seja um tema de Estado que estamos tratando, é um tema bastante simples, é uma agenda que está em construção e a ajustaremos em função de que o plano a) é que estejam os Chanceleres, o plano b) é que tenhamos plenos poderes, dependendo de qual das duas coisas vai acontecer, é que também a agenda será adaptada. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, o senhor fala as coisas de uma forma muito sábia. Creio que é uma agenda em construção, neste momento o que podemos aprovar e o que sabemos que é certo que o Conselho de Ministros pode deliberar a adesão do Panamá, então, se tivermos que aprovar agora uma convocação para o Conselho e se tiver que vir com agenda, o único ponto que temos seguro neste momento é a adesão do Panamá, inclusive, pela *premência* dos prazos que nos lembrou o Embaixador do México.

E é uma agenda em construção, se amanhã, quando tivermos a questão do Seminário de forma segura que vai ser 22 de abril, nossos Bancos Centrais, Ministérios da Fazenda confirmem isso e quando tenhamos o conjunto de Projetos de Resolução, faremos os agregados na agenda e aprovaremos uma nova convocação para o Conselho de Ministros.

Creio que neste momento se quisermos aprovar uma convocação devemos aprová-la para a adesão do Panamá. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Isto é, está claro. Marcamos a agenda para as coisas que estão seguras, deixemos aberta a possibilidade de que se integrem esses outros temas na medida em que consigamos resolvê-los e fundamentalmente que isso não seja uma dificuldade para que não brigemos para que realmente haja a presença dos Ministros, porque o ponto da adesão do Panamá é suficientemente forte para que venham os Ministros e tenham uma presença porque obviamente devemos dar-lhe também o maior nível e o realce, a maior quantidade de Chanceleres possíveis. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Queria, de alguma maneira, tentar esclarecer a dúvida do Embaixador da Venezuela. Tenho a impressão de que se conseguimos um acordo no único ponto que está pendente sobre os projetos de Resolução é muito mais provável que venham os Ministros, porque esse é o ponto que ficou pendente do anterior Conselho de Ministros. Nesse caso, creio que nos aproximamos muito a ter uma agenda plena. Caso não se consiga isso, creio que a convocação -e nesse sentido, estou de acordo com o que propõe o Embaixador do Brasil- deveria ser feito somente para a adesão do Panamá, porque ainda não resolvemos o resto e não custa nada renovar a agenda, mudá-la e agregar-lhe os pontos que consideremos pertinentes em qualquer momento, na medida em que tenhamos êxito no que estamos fazendo, bem como na medida em que tenhamos êxito no seminário do CCR com propostas concretas para solucionar esse ponto tão importante.

Caso não haja êxito nas demais coisas, realmente não sei se seria possível trazer os Chanceleres com o prazo que temos, somente para a adesão do Panamá. Nesse caso, provavelmente estaríamos funcionando em uma reunião de plenos poderes nossos e ficaria pendente uma reunião na que veríamos se é de Conselho de Ministros ou se é também uma reunião de plenos poderes para o ponto pendente dos Projetos de Resolução. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai, é uma posição muito sábia que coincide com todas as propostas manifestadas nesta mesa e seria o Acordo, tarefa concreta que temos é que todos devemos ter os plenos poderes preparados para enfrentar o plano b). O plano a) é alcançar consensos e ter a presença dos Chanceleres.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Consideramos que no caso do Conselho de Ministros para a admissão do Panamá, deve ser convocado como Conselho de Ministros, que a decisão fique ainda quando o único ponto da agenda seja a adesão do Panamá, consideramos que é um fato histórico e que como tal não deve convocar-se em outro nível, depois as decisões serão tomadas pelos países em razão das suas prioridades, mas consideramos que deve ficar como uma convocação do Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Assim é, se estivermos de acordo, aprovaríamos a Resolução de convocação do Conselho de Ministros como primeiro ponto a adesão do Panamá,

importante e com um ponto de Assuntos diversos e é claro que esta agenda está em elaboração.

Se temos esse acordo, então, ficaria aprovada essa Resolução, que seria distribuído posteriormente.

6. Relatório da Secretaria-Geral sobre as medidas de salvaguarda por balança de pagamentos adotadas pelo Governo do Equador

...Passamos ao ponto número 6 da agenda, Relatório da Secretaria sobre as medidas de salvaguardas por balança de pagamentos adotadas pelo Governo do Equador.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, na última reunião tínhamos preparado este documento e tínhamos ficado em que se tivesse alguma solicitação de algum país que quisesse escutar o relatório a Secretaria estava à disposição, pelo que está entre nós a pessoa que elaborou o relatório, a doutora Cecilia Iglesias, para informar o Comitê sobre este tema.

PRESIDENTE. Sim, vamos pedir-lhe o relatório, devido a que é tarde.

SECRETARIA (Cecilia Iglesias). Muito obrigado. Bom dia a todos, serei muito breve.

O presente é um relatório preliminar que consta de três grandes partes, na primeira delas são identificadas as notificações do Governo do Equador à Secretaria-Geral e faz-se um resumo muito geral da medida adotada pelo Governo do Equador.

Na segunda parte se faz uma descrição dos regimes previstos nos Acordos assinados pelo Equador no âmbito do Tratado de Montevideu 1980 destacando fundamentalmente em quais deles seria aplicada a Resolução 70.

Finalmente, faz-se referência às ações da Secretaria para cumprir o mecanismo de notificação de medidas de salvaguardas adotado ou aprovado no ano passado mediante a Resolução 336 do Comitê de Representantes. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O relatório está sendo distribuído e obviamente ficará para a consideração dos países para comentários posteriores se necessário. Muito obrigado. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

7. Consideração da convocação para a Reunião do Conselho de Ministros para tratar a Adesão do Panamá ao TM80 (continuação)

...Temos já nas nossas mãos o Projeto de Resolução que vou ler para que verifiquemos sua aprovação: "Convocação e Agenda Provisória da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980; e a Resolução 62 (XIV) do Conselho de Ministros,

CONSIDERANDO Que na Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros, mediante Resolução 62, foi instruído o Comitê de Representantes a convocar uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Convocar uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI, para o dia 29 de abril de 2009, na sede da Associação.

SEGUNDO.- Propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a seguinte agenda provisória:

AGENDA PROVISÓRIA

1. Abertura do Conselho de Ministros.
2. Eleição de autoridades.
3. Aprovação da agenda.
4. Adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980.
5. Assuntos diversos.
6. Aprovação e assinatura da Ata da Reunião.”

Este é o Projeto de Resolução, está para consideração. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Só que considero que nos considerandos não pode fazer referência, se não definirmos qual será a agenda precisa do Conselho de Ministros, não podemos fazer referência no sentido de que éramos chamados a encontrar uma solução ao que não tínhamos encontrado no Conselho de Ministros desse momento. Então, só por coerência, se somente vai ser um Conselho de Ministros para a adesão do Panamá, não podemos pôr os considerandos que estão no texto desenvolvido? Uma simples observação que creio que teremos que ver depois.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. Estão distribuindo o projeto, seria eliminado esse parágrafo estritamente e teríamos que colocar algum parágrafo -uma sugestão à Secretaria- que poderia fazer referência à importância do que significa Panamá e a construção da integração, o que significa para o processo de integração a adesão de um novo Estado membro e que bem que vamos ser treze, porque é número da sorte.

Seria questão de fazer referência, talvez, um pouco mais política à importância do fato da adesão do Panamá, nos considerandos, substituindo esse parágrafo.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido do que disse a Embaixadora de Cuba, não consideramos necessário o considerando tal como foi lido, mas eu aproveitaria para solicitar que seja distribuído o texto às Representações, com isso creio que poderíamos trabalhar com mais segurança, obrigado.

PRESIDENTE. Sim, já está sendo elaborado e vai ser distribuído o texto. Então, estaríamos só à espera de contar com um texto que incorpore as observações colocadas em Sala.

7. Assuntos diversos

...Consulto para o ponto número 7, Assuntos diversos, se alguma Representação tiver algum tema que apresentar nesta reunião.

Não havendo nenhum tema adicional, ofereço a palavra ao Secretário-Geral que o tem.

SECRETÁRIO-GERAL. Desculpe, Presidente. Estava com o tema da Resolução. Tenho alguns temas que comentar, muito breves, o primeiro deles que creio que é algo realmente significativo, embora o montante não seja muito importante, os senhores sabem que a ALADI arrecada pela venda de informação estatística, e no ano passado, por exemplo, tivemos por venda de publicações 1.875 dólares, as despesas que isso implicou foram 243, isto é, que tivemos um líquido de 1.631 dólares. Porém, neste momento, em março arrecadamos 12.000 dólares, por venda de publicações nossas. Tomara essa tendência aumente e possa chegar a significar uma contribuição importante para o nosso orçamento, cobramos muito pouco, Presidente, talvez isto nos faz chamar a atenção de que a situação geral econômica neste momento faz com que as pessoas recorram a nós pedindo dados, talvez podemos fazer, inclusive, ajustes de preços, isto tornou-se um negócio interessante.

Em segundo lugar, o Embaixador da Argentina nos propôs e creio que houve acordo geral que pensássemos em que para o Seminário fossem incluídas duas pessoas por país, fizemos um orçamento preliminar, mas também levamos em consideração o que manifestou o Embaixador da Venezuela quanto a dar difusão ao ato e difusão significa dinheiro, então, tudo junto seria uma quantia aproximada de 50.000,00 dólares, não passaria os 50.000,00 dólares, e isto incluiria também difusão, o qual não é que tampouco se divulga, a própria reunião do Conselho de Ministros, porque vimos que em algumas oportunidades nosso Conselho de Ministros tem muito pouca divulgação.

Em terceiro lugar, quero mencionar algo que no ano passado, no final do ano, contratamos uns especialistas em comunicação social para que estudassem a situação atual da comunicação na ALADI, que sabemos é deficitária, e, depois do trabalho e do relatório apresentado por eles, resolvemos já, de forma provisória e sujeita a comunicação, obviamente do Comitê, transformar o que hoje se chama seção imprensa que não faz outra coisa que distribuir as notícias divulgadas nos jornais e fazer um resumo, em uma área de comunicação social, sem que isso implique nenhuma despesa adicional, usando os mesmos recursos, fazendo uma redistribuição dos recursos humanos com os quais contamos neste momento na Secretaria e depois isso será obviamente refletido na nova proposta de organização que será apresentada depois do Conselho de Ministros como estava acordado.

Por último, Presidente, quero mencionar algo que se refere à viagem ao Panamá que está programado para o dia 7 de abril próximo, como os senhores sabem, o próprio Presidente do Panamá me solicitou na reunião de El Salvador, uma entrevista que tive com ele para informar sobre transmitir-me o grande desejo de seu país de ser incorporado à ALADI, nessa oportunidade tive de informar-lhe o estado em que estava o Grupo de Trabalho e finalmente coordenamos com o Chanceler panamenho e o Vice-Presidente da República em ter uma entrevista o dia 7 de abril no Panamá e para essa oportunidade, peço ao Comitê especialmente, que possam me acompanhar, porque quero dar-lhe o

caráter político que tem esta presença no Panamá, o Presidente do Comitê de Representantes e o Coordenador do Grupo de Trabalho que se encarregou do tema, o Embaixador do México. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

Tendo recebido esta informação, consulto à sala se vamos esperar o projeto de Resolução para dar uma lida final. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Estão trabalhando, em dois minutos está pronto, mas passou um tema, Presidente, queria informar o seguinte:

Como os senhores sabem, no ano passado na Comissão de Orçamento por Programas, primeiro, e depois pelo Comitê, foi considerado o sistema de reajuste para os salários dos funcionários, a Comissão de Orçamento por Programas no relatório de Raimondi no final manifestou claramente que estabelecia-se que neste ano a Comissão de Orçamento analisaria novamente o tema e tentar encontrar uma proposta que poderia ser considerada pelo Comitê.

Ainda assim, um grupo de funcionários da ALADI apresentou uma reclamação que neste momento está no Comitê de Reconsideração, e tem um procedimento que já está em andamento, implica a análise da reclamação apresentada por eles, e que eventualmente poderia terminar em que a Secretaria convocasse o Tribunal Administrativo para dar seu parecer, se necessário. Foram 44 funcionários do quadro de pessoal que apresentaram esta solicitação e agora estamos constituindo o grupo de trabalho que vai nos representar para analisar esta questão e será presidida pelo Subsecretário Hartstein, que nos trará o relatório ao Comitê de como está evoluindo este tema.

Devemos cumprir uma série de procedimentos. Conversamos com eles em algum momento, mas agora a questão está no tema contencioso interno, de acordo com os procedimentos da própria Instituição e não podia deixar de levar ao seu conhecimento, e os manteremos informados sobre os diversos passos a serem tomados sobre esta situação.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Quanto a este último ponto do Secretário-Geral, creio que seria útil que, em combinação com o Subsecretário Hartstein, trabalhasse a Comissão de Orçamento, ou seja, mais que enviar os relatórios diretamente ao Comitê, que vão à Comissão de Orçamento, que em definitiva vai ter que ajudar a ordenar esta situação, digo para não distrair a atenção do Comitê sobre um tema que tem a maior importância, mas que tem uma área específica de tratamento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Não havendo objeção, então, o tema pediríamos à Secretaria que intervisse com a Comissão correspondente. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Justamente se falou do tema quando estive ausente um momento da Sala, mas considero que deve ser discutido no âmbito da Comissão de Orçamento por Programas e se entendi, refere-se à solicitação dos trabalhadores da ALADI da consideração do aumento salarial.

Queo lembrar que este ponto tem dois aspectos, um é o dos assuntos institucionais e jurídicos, e outro é o assunto orçamentário propriamente dito, pelo que do ponto de vista da Comissão estamos plenamente dispostos a assumir este tema em uma próxima convocação, mas seria importante também ter disposto o tema do ponto de vista institucional - jurídico, que considero que é importante tê-lo bem disposto, portanto, comprometemo-nos e os tiramos desta discussão hoje. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora. O Secretário-Geral tomou devida nota destes comentários.

5. Consideração da Convocação para a Reunião do Conselho de Ministros para tratar a Adesão do Panamá ao TM80 (continuação)

...Temos o projeto, que leio:

“PROJETO DE RESOLUÇÃO

CONVOCAÇÃO E AGENDA PROVISÓRIA DA DÉCIMA QUINTA

REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35, 42 e 58 do Tratado de Montevideu 1980; e as Resoluções 239, 337 e 339 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que a República do Panamá solicitou sua adesão ao Tratado de Montevideu 1980, o que dinamizará e fortalecerá o processo de integração regional,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Convocar a Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, para o dia 29 de abril de 2009, na sede da Associação.

SEGUNDO.- Propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a seguinte

AGENDA PROVISÓRIA

1. Abertura do Conselho de Ministros.
2. Eleição de autoridades.
3. Aprovação da agenda.
4. Adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980.
5. Assuntos diversos.
6. Aprovação e assinatura da Ata da Reunião.”

...Este é o Projeto de Resolução, consulto à mesa se houver alguma objeção ou observação ao mesmo.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Nada de substância, Presidente, talvez os senhores não estejam de acordo comigo, mas fica feio “dinamizará e fortalecerá”, melhor seria: “dará fortaleza e dinamismo”, simplesmente uma questão de estilo, de sintaxe, sem maior relevância.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, creio que é correta a correção gramatical, portanto, aprovemos.

PRESIDENTE. Então, aprova-se a Resolução com o número 340.

“RESOLUÇÃO 340

CONVOCAÇÃO E AGENDA PROVISÓRIA DA DÉCIMA QUINTA

REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35, 42 e 58 do Tratado de Montevideu 1980; e as Resoluções 239, 337 e 339 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que a República do Panamá solicitou sua adesão ao Tratado de Montevideu 1980, o que dará fortaleza e dinamismo ao processo de integração regional,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Convocar a Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, para o dia 29 de abril de 2009, na sede da Associação.

SEGUNDO.- Propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a seguinte

AGENDA PROVISÓRIA

1. Abertura do Conselho de Ministros.
2. Eleição de autoridades.
3. Aprovação da agenda.
4. Adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980.
5. Assuntos diversos.

6. Aprovação e assinatura da Ata da Reunião.”

... Damos por encerrada a sessão e desejamos-lhes um feliz fim de semana. No próximo Comitê convocaríamos, se todos estiverem de acordo, para o dia 18 deste mês e dia 17 é a reunião de Chefes de Representação, muito importante para tratar o tema do evento que estamos organizando. Muito obrigado a todos novamente.
